



Candido Portinari, *Preparando enterro na rede no. 2*, 1958



Ana Cristina de Oliveira Oliveira\*  
Vânia C. Motta\*\*

## Novo-desenvolvimentismo, capital social e desigualdade social

**Resumo:** Este artigo aborda a tendência de enfrentamento da desigualdade social a partir, no campo econômico, da versão do novo-desenvolvimentismo e, no campo político e ideológico, a partir da noção de capital social, na tentativa de realizar um “capitalismo com face mais humana”. Discutiremos duas ordens de questões, considerando a especificidade da formação social brasileira de capitalismo dependente: 1) a “construção de Estados fortes” para assegurar as condições de acumulação do capital, ampliando as margens do mercado de consumo, aliviando a pobreza e controlando possíveis tensões políticas e 2) a difusão da necessidade de construir uma sociedade em harmonia, que se traduz na incorporação da ética empreendedora dos empresários em todas as esferas sociais. Entendemos que este escopo político-econômico revela uma nova pedagogia da hegemonia, sustentada numa suposta alternativa de gerenciamento das novas expressões da “questão social”, voltada para educar o conformismo e ocultar o conflito de classes.

**Palavras-chave:** questão social; novo-desenvolvimentismo; capital social; inclusão forçada.

**Abstract:** This article points out the trend of coping with social inequality which incorporates an updated version of new developmentalism and rescues the notion of social capital as an attempt at building a “capitalism with a more human face.” Given Brazilian’s dependent capitalism social formation, it is concerned with two main aspects: the “building of strong states” to ensure the conditions for capital accumulation, expanding margins in the consumer market, relieving poverty and controlling political tensions; and 2) the diffusion of an enterprising entrepreneurs new ethics of building an harmonious and peaceful society. The article argues that this new “pedagogy of hegemony” is supposed to offer a management alternative to “social issue” aiming to educate for conformism and to hide class conflict.

**Keywords:** “social issue”; new developmentalism; capital; forced inclusion.

.....  
\*Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora Assistente da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas da Universidade Federal dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri. Mestre em Ciências pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz. Pesquisadora do grupo de pesquisa Ideologia do Capital Social, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço postal: Campus Avançado Mucuri/Teófilo Otoni. Rua do Cruzeiro, 01 – Jardim São Paulo. CEP 39.803-371. Email: anacoliveira60@gmail.com

\*\*Pedagoga. Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do grupo de pesquisa Ideologia do Capital Social, do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Endereço postal: Av. Pasteur, 250, Campus da Praia Vermelha, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22.290-240. Email: vaniacmotta@gmail.com

### Introdução

O rosário dos “neo” — neo-institucionalismo, neodesenvolvimentismo, neoconsenso, neoconservadorismo, neo-estruturalismo, entre outros, que nada mais são do que uma nova roupagem do conservadorismo — ascende na virada do milênio com um conjunto de mecanismos criados para amenizar a considerada “nova” questão social e com a pretensa intenção de realizar um “capitalismo com face mais humana”.<sup>1</sup>

Em especial no Brasil, cuja inserção na nova divisão internacional do trabalho deu-se aprofundando seu caráter capitalista dependente,<sup>2</sup> a pretensa condução de políticas públicas humanizantes, focadas no alívio da pobreza e na geração de renda num contexto de regressão dos direitos sociais, vem se realizando por meio de uma versão atualizada da “teoria do desenvolvimento”, batizada de “novo-desenvolvimentista”, e da “teoria do capital social”, na abordagem neo-institucionalista.

Esse rosário revisionista conservador nos impõe duas ordens de questões, considerando a especificidade da formação social brasileira de capitalismo dependente: 1) a “construção de Estados fortes” (Fukuyama, 2005) para assegurar as condições de acumulação do capital por meio da ampliação das margens do mercado de consumo, de mecanismos de alívio da pobreza e do controle das possíveis tensões políticas. O que envolve todo um discurso de melhoria das condições materiais de uma camada significativa da população trabalhadora e uma aparência mais humana do capitalismo calcada em valores de solidariedade, no associativismo e no cooperativismo, porém num contexto que, não só são mantidas, mas naturalizadas as políticas de regressão dos direitos sociais e de precarização do trabalho; e 2) a difusão da necessidade de construir uma sociedade em harmonia com o Estado e o mercado (Giddens, 2005), que se traduz na incorporação da ética empreendedora dos empresários em todas as esferas sociais, inclusive na formação do homem de novo tipo, como única capaz de superar os entraves da modernização “emergente”.

O rosário dos “neo”, a despeito de pequenas diferenças estratégicas e de abordagem, traduz uma “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2005) voltada para uma “nova sociabilidade” (Fontes, 2009) elaborada nos espaços acadêmicos e introduzida nas definições de políticas públicas dos países de capitalismo dependente por meio das orientações dos organismos internacionais, condicionada aos empréstimos e à assistência técnica. E traz um profundo processo voltado para “educar o conformismo” (Motta, 2007) e ocultar o conflito de classes por meio do apelo ao envolvimento “de todos” em políticas sociais voltadas “para todos”.

No âmbito deste artigo, nos propomos a indicar elementos da atual tendência de políticas econômicas e sociais para os países de capitalismo dependente e sua versão, à brasileira, denominada de novo-desenvolvimentista, que incorpora noções da Terceira Via e da “teoria do capital social” do neo-institucionalista Robert Putnam,

<sup>1</sup> Este texto é resultado de acúmulo de pesquisas e estudos realizados pelo grupo de pesquisa Ideologia do Capital Social, do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

<sup>2</sup> Esta expressão foi uma categoria incorporada por Florestan Fernandes para indicar a natureza, a estrutura e a evolução da formação social capitalista brasileira, enfatizando o papel central das classes sociais, dos conflitos de classe e a questão da revolução burguesa no Brasil.

retomando o ideário nacional-desenvolvimentista para realizar a “inclusão forçada” das camadas trabalhadoras empobrecidas e precarizadas, numa variante “neoliberal de terceira via” ou “social-liberal”.<sup>3</sup>

### 1. Novo-desenvolvimentismo com investimento no capital social

Vivenciamos um processo de dilapidação do Estado brasileiro numa suposta alternativa de gerenciamento das novas expressões da “questão social” na direção de uma articulação solidária e harmoniosa entre o público e o privado.<sup>4</sup> Adensados com vigor a partir dos anos 1990, pela regulação dos organismos internacionais, os novos mecanismos de administração da questão social tomaram, inicialmente, como base de “alívio da pobreza”<sup>5</sup> a ideologia do capital humano.<sup>6</sup>

A “teoria do capital humano”, incorporada no Brasil ao longo dos anos 1950-1960, compreende a educação como motor de desenvolvimento econômico e social, fator de progresso, uma vez que aumenta a capacidade produtiva dos trabalhadores e promove a modernização dos setores produtivos. Mas também de equalização social, tendo em vista a educação como mecanismo de integração dos indivíduos à vida produtiva e de redução da desigualdade econômica e social. Neste sentido, quanto mais investimento na sua qualificação, no capital humano, o trabalhador criaria oportunidades para sua ascensão social.<sup>7</sup> A “teoria do capital humano” compôs a base ideológica do *nacional-desenvolvimentismo*, este calcado num modelo de desenvolvimento amplamente concentrador e associado ao capital internacional, servindo para justificar e legitimar políticas do Estado no período da ditadura militar, na medida em que esta estaria situada na ideia de democratização das oportunidades educacionais como forma de distribuição de renda e de desenvolvimento social — vivia-se a era do “pleno emprego” e do “milagre econômico”.

A “teoria do desenvolvimento”, amplamente difundida nos anos 1940-1950, foi elaborada com base nos países “periféricos” e teve como seu principal difusor a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Segundo Marini:

[...] tese central da teoria do desenvolvimento assevera que o desenvolvimento econômico constitui uma etapa anterior ao desenvolvimento pleno. Esta representaria, porém, algo acessível a todos os países que se empenham em criar as condições necessárias para tal (2010, p. 105).

<sup>3</sup> Alguns autores aplicam a denominação “neoliberalismo da terceira via” (Neves, 2005; Martins, 2010) e outros de social-liberalismo (Carcanholo, 2010).

<sup>4</sup> Reforma gerencial do Estado promovida em 1998 pelo, então, Ministro Bresser Pereira.

<sup>5</sup> Na versão de Leher (1998), o Banco Mundial, ciente das consequências sociais que o pacote financeiro do FMI traria para os países de capitalismo dependente, condicionou um conjunto de mecanismos voltados para “administrar a pobreza”, que traduziu nas políticas sociais focadas e compensatórias.

<sup>6</sup> Ideologia para Gramsci é “toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem ajudar a resolver problemas imediatos e restritos” (Gramsci, 1999, p. 40), assim como o termo também traz elementos combativos. Para o autor “são fatos reais que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio” (Gramsci, 1999, p. 193).

<sup>7</sup> Para aprofundamento crítico do tema: Frigotto (1986); Motta (2007).

No processo de produção e difusão da ideologia do desenvolvimento nos anos 1950-1960, dois organismos internacionais tiveram papel de destaque: a Cepal — produzindo a base teórica para definição de políticas econômicas — e o Banco Mundial — financiando os investimentos em infraestrutura, visando à modernização dos setores produtivos “atrasados”, além de orientar as reformas sociais, a exemplo da Educação, que teve a assessoria técnico-financeira da USAID.<sup>8</sup>

Com o esgotamento do modelo nacional-desenvolvimentista e no processo de conformação à nova ordem “mundializada”, os encaminhamentos de políticas econômicas nos governos brasileiros seguem as medidas de ajuste fiscal e de re-estruturação produtiva como alternativas à superação da “crise fiscal do Estado”, como forma de ingresso no competitivo mercado mundial e garantia do pagamento da dívida externa.<sup>9</sup> Tais medidas resultaram no aprofundamento do processo de financeirização da economia,<sup>10</sup> na centralização de capitais<sup>11</sup> e na introdução da “prática generalizada da terceirização”,<sup>12</sup> o que implicou, segundo Filgueiras, a articulação orgânica entre as frações do capital, “*tornando-as aliadas e sócias no processo de precarização das condições de trabalho e de flexibilização do mercado de trabalho*” (2006, p. 191; grifo nosso). Isto é, no âmbito da divisão internacional do trabalho, tais políticas aprofundaram a relação de dependência típica do capitalismo dependente e a manutenção da posição subordinada de exportador de produtos primários (*commodities*).

No âmbito ideológico, a “teoria do capital humano” é rejuvenescida incorporando outras noções — empregabilidade, competências, sociedade do conhecimento etc. — cujo conjunto de ideias reforçou a disseminação de outras ideologias, como “fim do trabalho”, “perda da centralidade do trabalho como categoria sociológica fundamental para entender a vida social”, “o fim da sociedade do trabalho” ou o “fim da História”, e construiu um novo senso comum sobre trabalho, educação e “sobre a própria individualidade”.<sup>13</sup> A ênfase será dada à capacidade e a com-

<sup>8</sup> Convênio realizado no final dos anos 1960 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID) para a realização de reformas em todos os níveis do ensino brasileiro. O foco na educação básica tinha em vista o aumento da capacidade produtiva da população mais pobre como fator de segurança internacional, isto é, para conter o avanço do comunismo. Para McNamara, gestor do Banco Mundial nesse período, ajudar aos governos pobres a superarem as necessidades humanas básicas, “que são sempre críticas”, não é “questão de filantropia”, mas de “prudência”. E apontava como uma “péssima economia” aquela que permite cultivar e difundir a pobreza “a tal ponto que comece a infectar e erodir todo o tecido social. A pobreza (...) é como um vírus que contagia a amargura, o cinismo, a frustração e o desespero” (Leher, 1998. Apud, Motta, 2007, p. 197). Os limites do recorte desse artigo não nos permitem trazer a discussão sobre a natureza desses organismos no contexto de consolidação da hegemonia dos Estados Unidos e da Guerra Fria. Sobre o “mito” ou a “ideologia do desenvolvimento” indicamos, entre outros, as obras de Florestan Fernandes, Octávio Ianni e Miriam Limoeiro Cardoso. Em relação ao papel do Banco Mundial nesse período, mais precisamente na gestão de McNamara (1971-1980) e com relação às orientações de políticas social e educacional, sugerimos Leher (1998) e Fonseca (1996).

<sup>9</sup> Carcanholo (2010) esclarece que o projeto neoliberal e suas respectivas políticas e estratégias econômicas não foram introduzidas no Brasil como um pacote fechado para ser executado. Embora estivesse condicionado aos empréstimos do FMI e ao receituário do Consenso de Washington, o neoliberalismo à brasileira, além de tardiamente, vai apresentar especificidades e expressões próprias das correlações de forças internas.

<sup>10</sup> “No sentido de predominância da lógica financeira no interior de seus procedimentos de decisões” e do capital financeiro em relação ao capital produtivo (Filgueiras, 2006, p. 190).

<sup>11</sup> Por meio de aquisições, incorporações e fusões de empresas, “concomitantemente a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira”, atingindo os setores da indústria, comércio e serviços (Filgueiras, 2006).

<sup>12</sup> Com novas formas de articulação entre os grandes, médios e pequenos capitais e mesmo segmentos de trabalhadores *autônomos*, por meio da constituição de redes de subcontratação (Filgueiras, 2006, p. 191).

<sup>13</sup> Gentili (1998); Motta (2009).

petência que cada indivíduo deve adquirir no mercado educacional para atingir melhores condições de disputa e melhor posição no mercado de trabalho.

Contudo, os mecanismos de alívio da pobreza desencadeados pelo Banco Mundial não deram conta da perversa realidade que se configurou com as políticas neoliberais. No Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta contra a Pobreza (2000), o Banco Mundial assume as falhas de suas orientações em relação à “luta contra a pobreza” e aponta que o fracasso deu-se pelo excessivo foco no investimento em capital humano em contextos constituídos de fracas instituições. Conforme destacado no relatório, embora as condições humanas tenham melhorado nos últimos 100 anos, “a riqueza global, as conexões mundiais e a capacidade tecnológica nunca foram maiores, [...] a distribuição desses ganhos globais é extraordinariamente desigual [...], uma diferença que duplicou nos últimos 40 anos” (BIRD, 2000, p. 3). E que, com todo o empenho do organismo nos anos 1990, no “início de um novo século, a pobreza continua sendo um problema global de enormes proporções” (idem, p. 19). O que se deve atentar, continua, é que “pobreza em meio à abundância é o maior desafio que o mundo enfrenta” (ibidem).<sup>14</sup>

Frente aos riscos de ruptura da coesão social, em virtude da exacerbação da precarização e pobreza da classe trabalhadora e da desigualdade econômica e social entre classes e países, é possível identificar nos relatórios dos principais organismos internacionais, a partir de 2000, novos mecanismos de intervenções política e social calcados em abordagens “neo-institucionalista”, “neodesenvolvimentista”, “neo-estruturalista”. Esses novos mecanismos indicam o fortalecimento das instituições como forma de administrar os riscos e o desenvolvimento local focado nas comunidades mais pobres da população, como saída da crise de hegemonia neoliberal. No âmbito político, “podem ser apontados como expressões de maior visibilidade desse movimento os ‘Novos Democratas’ nos Estados Unidos e o ‘Novo Trabalhismo’, na Inglaterra [...], registrado em outros países europeus e na periferia do sistema” (Martins, 2010, p. 61).

Na direção voltada para uma suposta alternativa ao neoliberalismo ou para o necessário ajuste nos encaminhamentos de políticas públicas, a ideologia do capital humano, já numa versão que prioriza a formação de empreendedores, incorpora elementos da “teoria do capital social”, de Robert Putnam (2002). Esta defende a tese de que o bem-estar social e o desenvolvimento econômico e social de qualquer sociedade somente são possíveis com instituições fortes e confiáveis; e o fortalecimento e a confiança das/nas instituições depende do grau de “cultura cívica” dos grupos sociais. Nessa perspectiva, para sair da pobreza torna-se fundamental estimular a multiplicação de associações solidárias, voltadas para a ajuda mútua em problemas individuais e comunitários pontuais, para a criação de cooperativas comunitárias de produção e redes solidárias no caminho do fortalecimento da “cul-

<sup>14</sup> Fukuyama, em seu livro *Construção de Estados: governo e organização no século XXI* (editado pela Rocco), pós 11 de setembro, vai dizer que a pobreza passa a ser um fator de segurança mundial. Novamente a pobreza ganha o *status* de ameaça internacional como o fora nos tempos da Guerra Fria, durante a gestão de McNamara no Banco Mundial.

tura cívica”. Resgata também a ideia de desenvolvimento, ocultada durante a difusão da ideologia da globalização, na versão novo-desenvolvimentista.<sup>15</sup>

O novo-desenvolvimentismo tem sido base de definição de políticas econômicas de determinados economistas do atual quadro do governo federal, mas também de escopos propositivos de outros economistas liderados por Bresser-Pereira e pela “nova” Cepal (Carcanholo, 2010). Essa nova versão desenvolvimentista é uma corrente contemporânea do pensamento brasileiro que surge por meio da tradição consolidada nas décadas de 1940-1970, com o nacional-desenvolvimentismo gestado na Cepal e no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). O termo revisionado em suas medidas de promover o desenvolvimentismo delineia uma nova estratégia de projeto nacional de crescimento econômico. “Defende a tese de que a construção de uma economia de mercado forte depende da existência de um Estado forte” na regulação das atividades econômicas — e não no sentido de produzir bens e serviços diretamente a partir de empresas estatais — e de intervenção na “questão social”, na promoção da equidade social via igualdade de oportunidades (Sicsú et al, 2007, p. 515 e 521; Castelo, 2010, p. 196).

O êxito dessa empreitada promete recobrar o perdido “atraso” dos países latino-americanos, no sentido de modernizar e fortalecer as instituições estatais visando o encaminhamento de políticas voltadas para estabilidade econômica e política, adquirindo, com isso, maior capacidade competitiva no mercado internacional e confiança dos investidores externos. Entretanto, percebemos que, ao mesmo tempo, tal encaminhamento de política assegura a contenção de tensões políticas e sociais abrindo-se o consumo para a grande massa. Com isso, o giro da modernização sob a base novo-desenvolvimentismo asseguraria a “expansão do consumo, num mercado interno ampliado e plenamente integrado ao mercado mundial” (Fontes, 2009).

Nesse contexto de “neoliberalismo às espreitas”, segundo Neves (2005), elabora-se uma “nova pedagogia da hegemonia”, investida como alternativa ao neoliberalismo; de embalagem social-democrata, nos moldes da “terceira via” europeia de Giddens. Nestes termos, a política da Terceira Via, ao se preocupar com a justiça social, “busca um novo relacionamento entre o indivíduo e a comunidade, uma redefinição de direitos e obrigações” (Giddens, 2001, p. 75). Mantém-se o “terceiro setor”<sup>16</sup> como principal protagonista da mediação entre o público e o privado, isto é, entre o Estado e o mercado. O que oculta o poder do Estado como poder de classe ao conduzir um processo em que, aparentemente, a iniciativa histórica é “deixada à sociedade civil e às diferentes forças que aí surgem, [e] o Estado sendo um mero zelador da lealdade do jogo, das regras do jogo” (Gramsci apud Buci-Glucksmann, 1980, p. 98).

Trata-se da execução de medidas persuasivas e convincentes que desqualificam o sentido de classe e desencadeiam um processo de *inclusão forçada*

<sup>15</sup> Ver: Sicsú, Paula & Michel (2005); Bresser-Pereira (2009). Para análise crítica, Castelo (2010).

<sup>16</sup> Organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e de interesse público. Englobam, sob o mesmo título, as tradicionais instituições filantrópicas, o voluntariado e as organizações não governamentais (ONGs): desde aquelas mais combativas que emergiram no campo dos movimentos sociais como aquelas com filiações político-ideológicas, além da denominada “filantropia empresarial” (Iamamoto, 2006, p. 190).

(Fontes, 2005) da extensa população de trabalhadores precarizados e empobrecidos como consumidores e dinamizadores do mercado interno,<sup>17</sup> porém destituídos de seus direitos, sobrevivendo por sua sorte às intempéries do mercado.

Observa-se que o conceito “inclusão forçada” desenvolvido por Fontes (2005) está relacionado à generalização da mercantilização da sociedade como componente essencial da expansão e da sobrevivência do próprio sistema capitalista, mas que ao mesmo tempo reduz a possibilidade de sobrevivência individual fora do mercado. A segregação desenfreada nos anos 1980-1990 e que atingiu países e regiões de todo o mundo desencadeou um processo de “*exclusão por externalização*”, uma vez que, para essa camada de trabalhadores “descartados” da vida social capitalista, já não caberia a “*inclusão forçada*”, já que não se trata de “*exclusão interna*”, mas da exclusão do processo de “*inclusão forçada*”.

A *exclusão*, historicamente constituída e perpetuada — a impossibilidade de assegurar (autonomamente) a subsistência —, converter-se-ia na impossibilidade prática de escapar a esse processo. Essa *inclusão forçada* assegurava a própria sobrevivência do sistema, ao submeter e disciplinar a força de trabalho necessária à sua existência (p. 23).

[...] Trata-se da criação de fronteiras para as quais não há modalidades possíveis ou previstas de inclusão, nem formas sistemáticas de absorção por meio de inclusões voluntárias (como a imigração, por exemplo) ou forçadas (escravização, proletarização etc.) (Fontes, 2005, p. 44).

O processo de “*exclusão interna*” analisado por Fontes (2005), que constitui o “*exército industrial de reserva*” necessário ao desenvolvimento do capitalismo (Marx), adquire também um caráter de “*externalização*”.

[...] os grupos sociais em processo de exclusão — e, aqui, a palavra adquire todo o seu sentido — não seriam absolutamente necessários para a sociedade. Teria uma existência lateral, supérflua, na maior parte do tempo indiferente. Expulsos não apenas do mercado de trabalho e de seus direitos correlatos, [indivíduos, zonas, países, regiões] estariam sendo paulatinamente alijados do próprio mercado. Tragicamente, porém, não dispõem mais de meios para dele sair de forma voluntária. Acantonados em guetos ou, mais provavelmente, degredados para regiões das quais a acumulação capitalista se distancia sem permitir o esta-

<sup>17</sup> O relatório do Banco Mundial “Os próximos quatro bilhões” de 2007 revelou que “no mundo todo existem quatro bilhões de pessoas que ganham menos de US\$ 3 mil por ano, formando um vigoroso mercado de US\$ 5 trilhões”. Em relação ao Brasil, o relatório com base nos dados do IBGE afirma que os 70,7% mais pobres representam um mercado de US\$ 181 bilhões. No Jornal Monitor Econômico, esta notícia foi veiculada com o título: “O PIB dos Pobres” (Motta, 2007, p. 25-26).

belecimento de formas radicalmente diferentes de sobrevivência, perdem sentido e significado para o núcleo central do sistema. Tornam-se “objetos” de um espetáculo dantesco, no qual o extermínio — por guerras, fome, epidemias, omissão — apresentado ao vivo nas telas de televisão à hora do jantar é-lhes ainda imputado como de sua própria responsabilidade (Fontes, 2005, p. 49).

Considerando o contexto histórico-social inerentemente contraditório, torna-se fundamental precisarmos que a atual tendência em curso insere um processo de construção, concretização e legitimação de uma “nova sociabilidade”, por via “democrática” e da “inclusão forçada” em novos moldes. Sem essa clareza teremos um enfrentamento curto e difuso, pois, por vezes, confundem-se as propostas dessa “nova sociabilidade” com propostas que coadunam com a redução das desigualdades econômicas e sociais. O que surpreende é a forma oculta com que esses intelectuais orgânicos do capital contornam as propostas conservadoras de “combate” à desigualdade social. Sem que percebamos a olhos críticos, engendra-se uma única ideologia emoldurada por fórmulas de “responsabilidade social”, solidariedade, cooperação social.

## 2. Inclusão forçada na “nova sociabilidade”

Nos últimos anos no Brasil, surgiu “uma impressionante teia de entidades empresariais que, com uma infinidade de fios finos e com muitos recursos, procura implantar na vida social uma nova sociabilidade, [...] que assegura sua própria permanência e seu predomínio” (Fontes, 2009). Para Giddens (2005), são os empresários os mais capacitados ao gerenciamento de riscos e à aplicação de estratégias de gestão de resultados, uma vez que “reconhecem as oportunidades que os outros perdem ou assumem riscos que outros rejeitam, ou ambos” (p. 81). Nesse sentido, argumenta o autor: “Uma sociedade que não estimula a cultura empresarial não pode gerar a energia econômica que provém das ideias criativas” (idem).

Como foi visto anteriormente, a falência do modelo econômico neoliberal, com a sua inábil possibilidade de assegurar a estabilidade econômica e política mundial, incita uma espécie de nova leitura no modelo societal vigente. Criar, portanto, sob as mesmas bases um compromisso social novo e mais duradouro “capaz de conter a explicitação dos antagonismos de classe e administrar os conflitos intra e inter classe em estado latente [...], convertendo-os em padrões aceitáveis para ordem capitalista” (Martins, 2010, p. 60).<sup>18</sup>

Para Martins (2010), essa reorganização societal, que não pode ser confundida com o projeto da social-democracia keynesiana, passa a reconhecer a participação popular “de modo a preparar os cidadãos para uma nova dinâmica de vida e de pa-

<sup>18</sup> No âmbito econômico, é crescente uma tendência baseada na “economia ética” de Amartya Sen. Ver Cattani, Laville, Gaiger & Hespanha (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina s/a; São Paulo: Edições Almedina Ltda, 2009.

râmetros de proteção social” (idem). Uma ideia de equilíbrio da desigualdade social na qual os temas como “participação” e “diálogo” passam a figurar em suas ações e constituem-se, portanto, como preocupações da agenda política dos organismos internacionais. A questão essencial diz respeito ao modo como deveríamos viver após o declínio da tradição e do costume (Giddens, 2005) e da exacerbação do individualismo; de como deveríamos recriar a solidariedade social e reagir a problemas ecológicos. A proposta: promover uma sociedade civil ativa, em contraste com a “velha esquerda”, com um Estado inteligente, nos termos de Giddens, ou forte, segundo Fukuyama, ou “ativo”, nos marcos do Banco Mundial.

Nestes termos, o governo pode e deve desempenhar um importante papel de renovação da cultura cívica (Putnam, 2002), na qual o governo e a sociedade civil devem se fortalecer por meio de parcerias. Para alcançar a renovação da sociedade civil, alguns elementos se fazem necessários: a renovação comunitária — renovação social e material dos bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas — sobretudo em comunidades mais pobres, por meio do aproveitamento da iniciativa local e da vocação produtiva; envolvimento do terceiro setor, as associações voluntárias, no incentivo ao associativismo, na organização dos arranjos produtivos locais e na educação empreendedora; proteção da esfera pública local; prevenção do crime baseada na comunidade e na família democrática.

Na versão do Banco Mundial, tais medidas seriam mecanismos de *autonomia* dos pobres — em relação às caridades público-privadas — e de sua *segurança* frente às intempéries do mercado. Esses mecanismos levariam a “fortalecer a capacidade local” e “reforçar o capital social dos pobres, pois as normas e redes sociais são formas importantes de capital que as pessoas podem usar para sair da pobreza” (BIRD, 2000, p. 11).

Os dois conjuntos de noções — no âmbito político, o investimento em capital social, e no âmbito econômico, o modelo novo-desenvolvimentista —, que vão sustentar a “renovação social” sobre as bases de um “capitalismo de face mais humana”, requerem um processo educativo de formação de homem de novo tipo — empreendedor e solidário; propositivo e não combativo; colaborador e não confrontador.

O modelo de “desenvolvimento do milênio”, financeira e ambientalmente sustentável, requer a retomada do Estado na coordenação (e não intervenção) das políticas macroeconômicas calcadas nas “vantagens comparativas” que, no caso brasileiro e da maioria dos países de capitalismo dependente, seriam as *commodities* (exportação de produtos primários), a força de trabalho barata e abundante e o mercado potencial de consumo popular; a manutenção da poupança externa, como forma de investimento nas estruturas produtivas e dinamização do mercado interno. O “novo-desenvolvimentismo” é a versão à brasileira desse modelo, redesenhado mais claramente a partir do segundo mandato do governo Lula.

A composição do novo-desenvolvimentismo com a ideologia do capital social somada à lógica empresarial do empreendedor tem permitido criar condições de geração de renda para as camadas mais pobres da população — aquelas destituídas de capital humano e, com isso, sem as competências necessárias para competir no mercado de trabalho complexo e formal —, com reformas no nível microeconômico,

apoio institucional à criação e formalização de microempresas e acesso a microfinanciamentos.

No Brasil, por exemplo, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) tem sido o principal agente de capacitação e diagnóstico da vocação produtiva das comunidades mais pobres e de formalização de seus empreendimentos. A partir da promulgação da Lei Complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008, que regulamenta as pequenas e microempresas, o SEBRAE vem desenvolvendo vários projetos voltados para o *Empreendedorismo Social*, que visa a, entre outras ações, formalizar a situação de diversos profissionais autônomos e empresas “de fundo de quintal”, legalizando empreendimentos individuais e respectivos empregados.

Na Índia, o banqueiro Muhammad Yunus, Prêmio Nobel de Economia 2006, criou um Banco — Banco *Grameen* —, em 1970, em Bangladesh, para emprestar dinheiro aos pobres, preferencialmente às mulheres.<sup>19</sup> Sua experiência tem servido de modelo para diversos países, inclusive o Brasil. A Caixa Econômica Federal, em convênio com o Banco do Povo, assinou em novembro de 2006 o primeiro contrato de Microcrédito Orientado do Brasil. A previsão de investimento em operações de microcrédito era em torno de R\$ 2 milhões, a ser viabilizado aos “empreendedores populares”, de acordo com as regras do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.<sup>20</sup> O microcrédito facilita a formação de cooperativas e arranjos produtivos como forma de gerar oportunidade de trabalho e renda aos pobres, partindo da “vocação produtiva da comunidade”. Uma medida inovadora e de solução alternativa na concepção do Banco Mundial.

Segundo Martins (2010), entre os anos 2000-2002, a ampliação do alcance da ideologia da responsabilidade social no Brasil atinge um lugar de destaque na ONU, por ter sido o país que melhor aderiu à campanha da criação do Pacto Global, lançada em 2000 — para “criar uma base moral comum que desse rosto humano ao mercado global” (ONU, 2001).<sup>21</sup> Nessa configuração política, ainda segundo o autor, três objetivos de hegemonia são postos: (a) consolidação da cidadania ativa, reforçada pela noção de voluntariado; (b) redirecionamento do papel das organizações da sociedade civil para formar uma ampla rede de difusão da nova sociabilidade; (c) fortalecimento das organizações que atuam na execução das políticas sociais em parceria com a aparelhagem estatal (p. 228). Para Martins, a classe empresarial brasileira conseguiu avançar na consolidação de um novo padrão de sociabilidade, tornando aderente quase toda a sociedade ao seu projeto.

Considerando a afirmativa de Martins, é importante destacar que, em 2001, o empresariado brasileiro criou o “Movimento Brasil Competitivo” (MBC), seguindo a tendência mundial de implementar o modelo de “desenvolvimento competitivo e sustentável” em conformação às orientações do Banco Mundial. O Relatório *Brasil Justo Competitivo Sustentável: contribuições para Debate* do Banco Mundial foi

<sup>19</sup> Ele editou sua autobiografia na obra *Muhammad Yunus com Alan Jolis*. Ver Yunus (2000).

<sup>20</sup> JB *online*, 28 de novembro de 2006, reportagem da Gazeta Mercantil.

<sup>21</sup> O autor se refere às “políticas de desenvolvimento do milênio”, conjunto de políticas elaborado pela ONU voltado para o “combate à pobreza”, em consenso com demais organismos internacionais e representantes de governos dos países membros.

elaborado, em 2002, com um rol de sugestões de políticas para o novo governo federal, no caso, Luiz Inácio Lula da Silva.<sup>22</sup>

Segundo o presidente fundador do MBC, Jorge Gerdau Johannpeter: “O objetivo do MBC é promover um aumento radical da competitividade das organizações privadas e públicas brasileiras, de maneira sustentável, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população”.<sup>23</sup> Os “princípios do movimento que quer modernizar a gestão pública brasileira” são explicados pelo então diretor do MBC, Cláudio Gastal: todos os setores da economia devem ser competitivos: o setor privado e o setor público, inclusive o terceiro setor; construir um “ambiente jurídico de negócios satisfatório”; a função do setor público “é tornar o ambiente do país satisfatório para o aumento da competitividade”, isto é, dando “respostas rápidas” aos negócios (entenda-se, sem licitação). Para o diretor, “não tem como ter empresas competitivas se o ambiente não for competitivo sustentavelmente, se o setor público não tiver gestão eficiente que permita ao setor privado ser competitivo”.<sup>24</sup> Este mesmo grupo vem liderando as forças políticas na Educação, através do Movimento Todos pela Educação.<sup>25</sup>

A leitura que se faz é que os pobres, vítimas de programas de ajustes mal implementados, de políticas sociais ineficazes, de instituições fracas e corruptas, de discriminações etc. devem investir na sua “autonomia” e por conta própria, sem depender das benesses do Estado, “agarrar” as “oportunidades” oferecidas pelo mercado. Os pobres, nessa nova perspectiva, estariam protegidos dos “ventos da mudança social econômica” (Giddens, 2005) com políticas públicas de inserção no mercado.

Conforme expõe Mestrum: “A melhor política em favor dos pobres não é a que os protege do mercado, mas a que os incita a dele participar. Sair da pobreza é uma responsabilidade dos próprios pobres” (2003, p. 249).

Nessa perspectiva, não há outra alternativa: assalariado ou não, na formalidade ou não, o sujeito portador de capacidade produtiva, sujeito coletivo ou individual, com ou sem capital humano, pode se inserir no mercado e ocupar-se de alguma atividade que lhe dê alguma renda e ocupar seu espaço na cadeia produtiva e de consumo dentro das opções abertas ou que lhes foram oportunizadas.

A “nova sociabilidade” em curso reforça o processo de “privatização” tanto no sentido arendtiano — “os indivíduos são jogados aos seus espaços privados, à

<sup>22</sup> Veiculado no site da Ong Mobilizar para Inovar, no dia 06/07/2006, integravam o Conselho Superior do MBC os ministros Dilma Rousseff, (Casa Civil da Presidência da República); Luiz Fernando Furlan (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior); Sérgio Rezende (Ciência e Tecnologia); e Paulo Bernardo Silva (Planejamento, Orçamento e Gestão); e os empresários Jorge Gerdau Johannpeter (presidente fundador do MBC e presidente do Grupo Gerdau); Carlos Augusto Salles (presidente do Conselho Superior do MBC); Elcio Anibal de Lucca (vice-presidente do Conselho Superior e presidente da Serasa); José de Freitas Mascarenhas (Conselheiro da Odebrecht), Adilson Antonio Primo (presidente da Siemens); José Tadeu Alves (Merck, Sharp & Dohme); Carlos Alberto da Veiga Sicupira (Varbra); Sérgio Gabrielli (presidente da Petrobrás); Daniel Feffer (Vice-Presidente Cooperativo da Suzano Holding); Hélio Magalhães (presidente da American Express Brasil); e Geraldo Quevedo Barbosa (Becton Dickinson Indústrias Cirúrgicas Ltda). Acesso: <http://www.inovar.org.br/mbc>

<sup>23</sup> Site: [www.mbc.org.br](http://www.mbc.org.br)

<sup>24</sup> *Revista Exame*, 27 de junho de 2008. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/degustacao>; <http://portalexame.abril.com.br/gestaoepessoas/m0163066.html>

<sup>25</sup> Este “Movimento”, que teve origem na Unesco, nos anos 1990, é recriado, em 2006, por empresários e banqueiros ligados ao MBC.

solidão, à insegurança, que decorre exatamente da ‘privação’ do espaço público e da alteridade” (Arendt apud OLIVEIRA, 2007, p. 29); como no sentido gramsciano de hegemonia, ao favorecer a penetração da pedagogia da empresa nos mais precários recantos. Em síntese, a dita “alternativa” ao neoliberalismo ou a “face mais humana do capitalismo” promove a retomada do processo de “*inclusão forçada*”, porém nos limites do mercado de consumo e à margem da proteção social.

### Considerações finais

Não buscamos nestas linhas nenhuma resposta, mas fazer alguns apontamentos sobre os encaminhamentos das formas de enfrentamento da desigualdade social no atual contexto que se apresenta. Por um lado, mostrando mais claramente as contradições inerentes ao modelo de produção e civilizatório capitalista e, por outro, ocultando o antagonismo das classes fundantes. Se aclama uma presença mais forte do Estado na condução da crise do sistema capital, sustentada num leque de propostas revisionistas conservadoras, compondo o rosário dos “neo”.

O enfrentamento das expressões da “questão social” no contexto da “absolutização do mercado” (Oliveira, 2007) deve “rezar” para definição de agendas realistas e objetivas, o que “exigirá que o governo, a sociedade civil, o setor privado e [agora, também] *os próprios pobres* empreendam ações nessas [...] frentes” (BIRD, 2000, p. 10).

Assim, estão postas as tarefas dos governos nos países de capitalismo dependente: a) “tornar os mercados mais favoráveis aos pobres” (BIRD, 2004, p. 61), pois os “mercados são importantes para os pobres” (BIRD, 2004, p. 61) porque geram crescimento e oportunidades; b) dar apoio institucional, com investimento em infraestrutura e reformas complementares no nível microeconômico, tais como: redução do “grande peso” da regulamentação, principalmente a que incide nas pequenas empresas; c) elaborar e implementar normas básicas de trabalho, por meio de informação, assistência técnica, formação de capacidade e incentivos complementares; d) promover o acesso aos microfinanciamentos; e) institucionalizar mecanismos voltados para a melhoria das relações entre doadores e ONGs.

O esgotamento civilizatório do capitalismo, expresso na crise estrutural e hegemônica do neoliberalismo nos anos finais da década de 1990, impulsionou a necessidade de se elaborar novos mecanismos que se voltariam para o “desenvolvimento do milênio”. Reconhecemos duas noções compondo esse conjunto de mecanismos e formas alternativas de criar condições de acumulação e reprodução do capital: o novo-desenvolvimentismo — uma versão à brasileira desse processo — e o investimento em capital social. Com esses mecanismos tem sido possível, nos últimos anos, garantir a estabilidade econômica. Com isso, a confiança dos investidores externos, nesta tendência, fator indispensável para o “desenvolvimento” do país, ao mesmo tempo que tem expandido o mercado interno ao suprir as necessidades básicas das camadas mais pobres da população ou criando mecanismos de geração de renda, tem garantido a estabilidade política — o que identificamos como *inclusão forçada*.

Abafam, portanto, os conflitos de classe e desarticulam a relação entre Estado e sociedade civil quando desqualificam a luta de classes, na medida em que se

perde a noção de coletivo inserido em correlações de forças, pulverizando a responsabilidade social “de todos”, difundindo a construção de uma sociedade solidária, com suas esferas em harmonia em prol “de todos”; cada um fazendo a sua parte em benefício “de todos”. Aqui assume o perfil solidário da sociedade civil com uma direção de “autogerenciamento” na arena de disputa dos projetos societários, dando uma faceta de gestão mais humanizada e eficaz dos problemas sociais. Revitaliza-se o pensamento conservador em nome da coesão social.

Na concepção gramsciana, o Estado burguês assume uma função de educador “como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico” (Gramsci, 2000, p. 271). É um Estado que tende, paulatinamente, a criar um “novo tipo ou nível de civilização”, com a preocupação de organizar e administrar a sociedade para uma vontade política específica (ibid, p. 28). A análise gramsciana acentua que os processos sociais e culturais não podem ser compreendidos se desvinculados das mudanças na base produtiva. Neste sentido, o papel da cultura ganha relevância tendo sido ponto de destaque nos documentos do Banco Mundial, quando se diz que “capital social e cultura são as chaves do desenvolvimento” (D’araujo, 2003, p. 38).

O discurso anunciado pelos agentes multilaterais quanto a solidariedade e ajuda aos pobres nos parece sugerir a destituição de classe. O que temos são pobres e não classe trabalhadora! Com isso, o processo de (des)informação ganha escopo político e ideológico. O capitalismo não tem nenhum “compromisso social”.

Uma luta operada no “terceiro setor” que ignore a correlação de forças e em autonomia das lutas nas demais esferas da sociedade é claramente funcional ao projeto das classes hegemônicas, não incorporando a identificação da sociedade civil na visão de totalidade social, conforme salientam os pressupostos gramscianos.

Concordando com Martins, considerar o “fenômeno como algo naturalmente constituído e isolado de sua materialidade histórica, isto é, sem as relações econômicas e políticas que determinam, significa negá-lo como constitutivo da totalidade, e, portanto, como manifestação concreta do real” (2010, p. 61).

No desvelamento das estratégias de dominação, do mercado com “justiça social”, dos “neo”, das “novas” e dos “novos” mecanismos de hegemonia, chamamos a atenção para os contornos da materialidade institucional com as políticas sociais assistencialistas e focalizadas de transferência de renda, programas de economia solidária e de empoderamento dos indivíduos nas comunidades. Entretanto, não se trata de firmar uma abordagem do “quanto pior, melhor”, mas de adentrar nas tramas da dinâmica da correlação de forças por projetos societários e procurar identificar as mediações e os elementos que possam nos conduzir ao enfrentamento estrutural da questão social nesse contexto que busca a despolitização da sociedade civil.

## Referências Bibliográficas

BIRD – Banco Mundial. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1997: o Estado num mundo em transformação*. Washington: Banco Mundial, 1997.

\_\_\_\_\_. *Luta contra a pobreza: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001*. Banco Mundial, Washington, DC, setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. *Brasil justo competitivo sustentável: contribuições para Debate*. Washington (Estados Unidos), dezembro de 2002.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento e redução da pobreza: reflexão e perspectiva* Banco Mundial, Washington, DC, outubro de 2004.

BRESSER-PEREIRA, L.C. *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BUCCI-GLUKSMANN, C. A problemática gramsciana da ampliação do Estado. In: *Gramsci e o Estado*. SP: Paz e Terra, 1980, pp. 97-153.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a Nova Cepal dentro do Consenso de Washington. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, pp. 119-141.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. In: CASTELO, Rodrigo (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no Século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, pp. 191-211.

CATTANI, LAVILLE, GAIGER & HESPANHA (Coord.). *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Edições Almedina s/a; São Paulo: Edições Almedina Ltda, 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital Social*. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 2003 (Coleção Passo a Passo, v. 25).

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E.M. & ARCEO, E. (comp) *Neoliberalismo u sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

FONSECA, Marília. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, Warde, Haddad (Org.). *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1996.

FONTES, Virgínia. Prefácio. In: MARTINS, André Silva. *A Direita para o Social: A Educação da sociabilidade do Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro/RJ: Bom Texto, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 2ª edição. São Paulo/SP: Cortez; Autores Associados, 1986 (Coleção Educação Contemporânea).

FUKUYAMA, Francis. *Construção de Estados: governo e organização no século XXI*. Rio de Janeiro: Rocco, 2005.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). *Educação e crise do Trabalho: perspectivas de Final de Século*. 2ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. *A Terceira Via*. 4ª tiragem. Rio de Janeiro-São Paulo: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. *A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere, volume 1: Introdução ao estudo da filosofia*. A filosofia de Benedetto Croce. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro/ RJ: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. *Cadernos do cárcere, volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo*. Edição e tradução Carlos Nelson Coutinho. Colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IAMAMOTO, Marilda. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete [et al.], (orgs). *Serviço Social e Saúde – Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. p. 161-196.

LEHER, Roberto. *Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio da pobreza”*. Tese de Doutorado em Educação, Universidade de São Paulo (USP), 1998.

NEVES, Lucia M.W. (Org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo/SP: Xamã, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010, p. 103-118.

MARTINS, André Silva. *A direita para o Social: A Educação da sociabilidade do Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

MESTRUM, Francine. A luta contra a pobreza: utilidade pública de um discurso na nova ordem mundial. In: AMIN, Samir e HOUTART, François (Orgs). *Mundialização das resistências: o estado das lutas*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 241-258.

MOTTA, Vânia C. Ideologias do capital humano e do capital social: da integração à inserção e ao conformismo. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz. V.6, nº 3, nov 2008-fev 2009, pp.549-571.

\_\_\_\_\_. *Da ideologia do capital humano à ideologia do capital social: as políticas de desenvolvimento do milênio e os novos mecanismos hegemônicos de educar para o conformismo*. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/RJ, 2007.

\_\_\_\_\_. Educação como caminho, mas qual? Todos pela educação ou em defesa da escola pública? In: BERTUSSI, Guadalupe (Org.) *Anuário educativo brasileiro*. São Paulo: Cortez; Santa Catarina: Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), UFSC (no prelo).

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. *Educação e política no Brasil de hoje*. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Francisco. Das Invenções à indeterminação: política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: OLIVEIRA e RIZEK (Orgs). *A Era da Indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. O pacto global: liderança das empresas na economia mundial. Nova Iorque: Gabinete do Pacto Global da ONU, 2001. Disponível em [www.unglobalcompact.org](http://www.unglobalcompact.org). Acesso em ago.2010.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia a experiência da Itália moderna*. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SICSÚ, PAULA & MICHEL (Orgs). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. São Paulo/SP:Ática, 2000.

Recebido em 16 de agosto de 2010.

Aceito para publicação, em 11 de outubro de 2010.